

Guaraciaba  
Transmissora de  
Energia (TP Sul) S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

## Aos Administradores e Acionistas da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 7.2, 13 e das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2018 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 1.100.756 mil referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, efetuamos testes em bases documentais e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

## Outros assuntos

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 22 de março de 2019.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo  
Contador CRC RJ-091559/O-4

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Balço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em Reais)

	Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	9	136.191	34.364
Contas a receber	10	10.213	6.126
Impostos a recuperar		1.810	1.125
Outros ativos circulantes		8.685	3.081
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>156.899</b>	<b>44.696</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa restrito	11	15.684	16.678
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	71.784	74.420
Imobilizado líquido	13	1.100.756	1.133.314
Intangível	14	20.675	33.814
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.208.899</b>	<b>1.258.226</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.365.798</b>	<b>1.302.922</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	9.628	8.291
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	945	-
Impostos e contribuições sociais	16	2.161	2.481
Empréstimos e financiamentos	17	18.094	32.627
Debêntures	18	9.856	-
Salários e encargos		312	257
Dividendos a pagar	20.c	32.387	23.555
Encargos setoriais		1.110	526
Outros passivos circulantes		1.682	4.082
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>76.175</b>	<b>71.819</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	17	375.932	388.806
Debêntures	18	106.193	-
Passivo contingente	19	5.395	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>487.520</b>	<b>388.806</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.a	803.832	803.832
Reserva legal	20.b	5.131	3.271
Dividendos adicionais propostos		-	46.613
Lucro / Prejuízos acumulados		(6.860)	(11.419)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>802.103</b>	<b>842.297</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.365.798</b>	<b>1.302.922</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

### Demonstrações do resultado regulatórias exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>21</b>	<b>83.204</b>	<b>71.708</b>
Despesas de operação e manutenção - O&M		(9.867)	(4.097)
Gastos operacionais		<u>(8.520)</u>	<u>(2.103)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>64.817</b>	<b>65.508</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal		(2.493)	(2.586)
Serviços de terceiros		(5.040)	(2.640)
Depreciação		(44.370)	(23.097)
Outros		<u>(452)</u>	<u>1.113</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b><u>12.462</u></b>	<b><u>38.298</u></b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>22</b>	<b>3.845</b>	<b>2.189</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>22</b>	<b><u>(38.881)</u></b>	<b><u>(39.169)</u></b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b><u>(35.036)</u></b>	<b><u>(36.980)</u></b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>(22.574)</u></b>	<b><u>1.318</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(8.787)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>-</u>	<u>4.953</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b><u><u>(31.361)</u></u></b>	<b><u><u>6.271</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.



# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	(31.361)	6.271
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	(31.361)	6.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos		
<b>Saldos regulatórios em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>803.832</b>	<b>681</b>	-	<b>9.712</b>	<b>34.101</b>	<b>848.326</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.271	6.271
Reserva legal regulatória	-	2.590	-	-	(2.590)	(0)
Dividendos mínimos obrigatórios regulatórios	-	-	-	-	(12.300)	(12.300)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	36.901	(36.901)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>803.832</b>	<b>3.271</b>	-	<b>46.613</b>	<b>(11.419)</b>	<b>842.297</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(31.361)	(31.361)
Reclassificação de dividendos adicionais propostos	-	-	46.613	(46.613)	-	-
Constituição de reserva legal societária	-	1860	-	-	(1.860)	-
Dividendos mínimos obrigatórios societários	-	-	-	-	(8.833)	(8.833)
Compensação de reservas	-	-	(46.613)	-	46.613	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>803.832</b>	<b>5.131</b>	-	-	<b>(6.860)</b>	<b>802.103</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) antes dos imposto de renda e da contribuição social	(22.574)	1.318
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>		
Depreciação	44.413	23.097
Juros de empréstimos	35.230	36.995
<b>Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber	(4.087)	3.516
Créditos a receber	(74)	-
Provisão para litígios	5.395	-
Impostos a recuperar	(685)	344
Despesas pagas antecipadamente	9	-
Serviços em Curso	(400)	-
Outros ativos circulantes	(5.140)	-
Fornecedores	(1.064)	(5.338)
Impostos e contribuições sociais	(1.025)	(679)
Salários e encargos	31	(153)
Encargos setoriais	583	(369)
Outros passivos	-	2.677
<b>Caixa líquido gerado ( consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>50.612</b>	<b>61.408</b>
Pagamento de juros - empréstimos	(34.595)	(29.043)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(4.329)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>11.688</b>	<b>32.365</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	994	(16.678)
Imobilizado	(12.001)	(22.627)
Intangível	13.139	(6)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>2.132</b>	<b>(39.311)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de principal - Empréstimos e financiamentos	(29.993)	(26.612)
Captação de empréstimos e financiamentos	118.000	51.638
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>88.007</b>	<b>25.026</b>
<b>Redução líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>101.827</b>	<b>18.080</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro	34.364	16.284
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>136.191</b>	<b>34.364</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“Companhia”), Empresa privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), e Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2012 (“Leilão”), realizado pela ANEEL.

#### a. Da concessão

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kVRibeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Em setembro de 2016 a Cia. recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires.

Em 16 de fevereiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP em R\$ 92.726 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (R\$ 89.858 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018).

**b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

**c. Licenciamento Ambiental**

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de Agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

## **2 Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 03 de maio de 2019.

### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Avaliação de instrumentos financeiros**

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

**b. Impostos, contribuições e tributos**

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretações podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

**6 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

**7 Principais práticas contábeis regulatórias**

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

**7.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

**7.2 Imobilizado**

**7.2.1 Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### **7.2.2 Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

### **7.3 Intangíveis**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **7.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.



## **7.5 Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

## **7.6 Receita sobre aplicações financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

## **7.7 Despesas de empréstimos e debêntures**

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

## **7.8 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

### **7.8.1 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **7.8.2 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido diferido***

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

## **7.9 Encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

## **7.10 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

### **7.10.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **7.10.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

##### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### *Empréstimos e recebíveis*

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### **7.11 Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **8 Normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu determinados pronunciamentos técnicos os quais até a presente data ainda não foram aprovados pela Aneel. A seguir são descritas as principais normas contábeis pendentes de aprovação do regulador:

- (i) CPC 47 – Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018).
- (ii) CPC 48 – Instrumentos Financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018).
- (iii) CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019).

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia efetuou uma análise preliminar de todos os contratos que podem ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), os contratos são de valores baixos e não terão impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

**(iv) Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras e regulatórias da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

**9 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Caixa e bancos conta movimento	13.063	3.065
Aplicação Financeira - CDB Banco Santander	3.561	-
Aplicação Financeira - CDB Banco ABC	4.232	31.299
Aplicação Financeira - CDB Banco Bradesco	<u>115.335</u>	<u>-</u>
	<u><b>136.191</b></u>	<u><b>34.364</b></u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 10 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos acima de 90 dias	191	26
Vencidos de 61 a 90 dias	8	1
Vencidos até 60 dias	1.477	58
A vencer	8.537	6.041
	10.213	6.126

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois, no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

## 11 Caixa restrito

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

## 12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	52.767	54.703
Contribuição social diferida	19.017	19.717
	71.784	74.420
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	-	(3.648)
Contribuição social diferido sobre base negativa	-	(1.305)
	-	(4.953)
<b>Imposto líquido no resultado</b>	<b>-</b>	<b>(4.953)</b>

## 13 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	871.473	-	-	-	276.766	1.148.239	276.766	(76.332)	1.071.907	839.041
Edificações e obras civis	12.068	-	-	-	3.567	15.635	3.567	(1.370)	14.265	11.490
Móveis e utensílios	62	-	-	-	65	127	65	(19)	108	57
<b>Subtotal</b>	<b>883.603</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>280.398</b>	<b>1.164.001</b>	<b>280.398</b>	<b>(77.721)</b>	<b>1.086.280</b>	<b>850.588</b>
<b>Administração</b>										
Máquinas e Equipamentos	119	26	-	(5)	-	140	26	(34)	106	18
Móveis e utensílios	84	-	-	-	13	98	13	-	98	81
Veículos	188	-	-	(11)	-	177	-	(61)	116	51
<b>Subtotal</b>	<b>391</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>(16)</b>	<b>13</b>	<b>415</b>	<b>39</b>	<b>(95)</b>	<b>320</b>	<b>150</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	133.370	440	(14)	-	(133.577)	219	(133.151)	-	219	133.370
Edificações, obras civis e benfeitorias	82.007	250	-	-	(82.257)	-	(82.007)	-	-	82.007
A Ratear	47.034	11.004	(451)	-	(57.587)	-	(47.034)	-	-	47.034
Adiantamento a Fornecedor	16.123	659	(29)	-	(2.816)	13.937	(2.186)	-	13.937	16.123
Outros	4.042	16	-	116	(4.174)	-	(4.058)	-	-	4.042
<b>Subtotal</b>	<b>282.576</b>	<b>12.369</b>	<b>(494)</b>	<b>116</b>	<b>(280.411)</b>	<b>14.156</b>	<b>(268.436)</b>	<b>-</b>	<b>14.156</b>	<b>282.576</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>1.166.570</b>	<b>12.395</b>	<b>(494)</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>1.178.571</b>	<b>12.001</b>	<b>(77.816)</b>	<b>1.100.756</b>	<b>1.133.314</b>

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	871.473	-	-	-	-	871.473	-	(32.432)	839.041	861.599
Edificações e obras civis	12.068	-	-	-	-	12.068	-	(578)	11.490	11.875
Móveis e utensílios	62	-	-	-	-	62	-	(5)	57	60
<b>Subtotal</b>	<b>883.603</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>883.603</b>	<b>-</b>	<b>(33.015)</b>	<b>850.588</b>	<b>873.534</b>
<b>Administração</b>										
Máquinas e Equipamentos	111	8	-	-	-	119	8	(101)	18	46
Móveis e utensílios	84	-	-	-	-	84	-	(3)	81	82
Veículos	188	-	-	-	-	188	-	(137)	51	86
<b>Subtotal</b>	<b>383</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>391</b>	<b>8</b>	<b>(241)</b>	<b>150</b>	<b>214</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>										
Máquinas e equipamentos	106.420	28.602	(9.177)	2.654	4.872	133.370	19.425	-	133.370	106.420
Edificações, obras civis e benfeitorias	83.795	5.193	(2.220)	-	(4.761)	82.007	2.973	-	82.007	83.795
A Ratear	47.033	21.841	(4.497)	(17.371)	28	47.034	17.344	-	47.034	47.033
Adiantamento a Fornecedor	18.569	273	(2.628)	48	(139)	16.123	(2.355)	-	16.123	18.569
Outros	4.219	-	-	(177)	-	4.042	-	-	4.042	4.219
<b>Subtotal</b>	<b>260.036</b>	<b>55.909</b>	<b>(18.522)</b>	<b>(14.846)</b>	<b>-</b>	<b>282.576</b>	<b>37.387</b>	<b>-</b>	<b>282.576</b>	<b>260.036</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>1.144.022</b>	<b>55.917</b>	<b>(18.522)</b>	<b>(14.846)</b>	<b>-</b>	<b>1.166.570</b>	<b>37.395</b>	<b>(33.256)</b>	<b>1.133.314</b>	<b>1.133.784</b>

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido	
<b>Em Serviço</b>						
<b>Transmissão</b>						
Custo Histórico	1,10%	1.164.001	(77.721)	1.086.280	850.588	
<b>Administração</b>						
Custo Histórico	10%	415	(95)	320	150	
		<u>1.164.416</u>	<u>(77.816)</u>	<u>1.086.600</u>	<u>850.738</u>	
<b>Em Curso</b>						
<b>Transmissão</b>						
		14.156	-	14.156	282.576	
		<u>1.178.572</u>	<u>(77.816)</u>	<u>1.100.756</u>	<u>282.726</u>	
<b>Adições do Imobilizado em Curso - R\$</b>						
		<b>Material /</b>	<b>Serviços</b>	<b>Juros</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
		<b>Equipamentos</b>	<b>de</b>	<b>Capitalizados</b>	<b>Gastos</b>	
			<b>Terceiros</b>			
Máquinas e Equipamentos		440	-	-	-	440
A Ratear		-	-	11.004	-	11.004
Edificações, obras civis e benfeitorias		250	-	-	-	250
Adiantamentos a Fornecedores		-	659	-	-	659
Outros		-	-	-	16	16
<b>Total das Adições</b>		<u>690</u>	<u>659</u>	<u>11.004</u>	<u>16</u>	<u>12.369</u>

Principais taxas de depreciação por macro atividade:

	Taxa anuais de depreciação (%)
<b>Rede básica</b>	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,83%
Máquinas e equipamentos	2,76%
Móveis e utensílios	6,25%
<b>Administração central</b>	
Máquinas e equipamentos	10,24%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.



## 14 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Administração</b>										
Software	1	17	-	-	-	18	17	-	18	-
Servidões	-	-	-	20.657	-	20.657	20.657	-	20.657	-
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>20.657</b>	<b>-</b>	<b>20.675</b>	<b>20.674</b>	<b>-</b>	<b>20.675</b>	<b>-</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>										
<b>Transmissão</b>										
Servidões	33.814	6	(13.163)	(20.657)	-	-	(33.814)	-	-	33.814
<b>Subtotal</b>	<b>33.814</b>	<b>6</b>	<b>(13.163)</b>	<b>(20.657)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.814)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.814</b>
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>33.815</b>	<b>23</b>	<b>(13.163)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.675</b>	<b>(13.140)</b>	<b>-</b>	<b>20.675</b>	<b>33.814</b>
	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Administração</b>										
Software	1	-	-	-	-	1	-	(1)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>										
<b>Transmissão</b>										
Servidões	33.808	6	-	-	-	33.814	6	-	33.814	33.808
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>33.808</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.814</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>33.814</b>	<b>33.808</b>

## 15 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	410	-
China Epri Science & Technology Co.	7.577	7.577
Nari Brasil Holding	132	441
Nari Group Corporation	1.146	-
Outros	363	273
	<u>9.628</u>	<u>8.291</u>

## 16 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social a recolher	335	-
Imposto de renda retido na fonte	390	466
Contribuição social	383	251
Pis/Cofins/CSLL	75	77
Pis/Pasep	118	96
Cofins	549	443
INSS retido a recolher	795	938
ISS	461	210
	<u>3.106</u>	<u>2.481</u>

## 17 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2018
BNDES - SUBCRÉDITO A	404.394	-	34.117	(31.273)	(29.141)	378.097
BNDES - SUBCRÉDITO B	17.039	-	1.377	(1.635)	(852)	15.929
	<u>421.433</u>	<u>-</u>	<u>35.494</u>	<u>(32.908)</u>	<u>(29.993)</u>	<u>394.026</u>

	31/12/2016	Liberação	Juros	Juros pagos	Principal pago	31/12/2017
BNDES - SUBCRÉDITO A	370.534	51.638	35.454	(27.804)	(25.428)	404.394
BNDES - SUBCRÉDITO B	17.921	-	1.541	(1.239)	(1.184)	17.039
	<u>388.455</u>	<u>51.638</u>	<u>36.995</u>	<u>(29.043)</u>	<u>(26.612)</u>	<u>421.433</u>

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	18.094	32.627
Não circulante	375.932	388.806

Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos:

**Subcrédito “A”**

No valor de R\$ 420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi liberado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031.

**Subcrédito “B”**

No valor de R\$ 17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade.

**Subcrédito “C”**

No valor de R\$ 2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos.

O principal da dívida deve se pago ao BNDES em 150 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2018 e a última em 15 de janeiro de 2031.

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	32.284	32.284	32.284	32.284	231.942	361.078
BNDES Subcrédito B	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>	<u>9.414</u>	<u>14.854</u>
	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>33.644</u>	<u>241.356</u>	<u>375.932</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2012	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	30.787	30.787	30.787	30.787	249.916	373.064
BNDES Subcrédito B	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>1.297</u>	<u>10.554</u>	<u>15.742</u>
	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>32.084</u>	<u>260.470</u>	<u>388.806</u>

### ***Cláusulas restritivas (Covenants)***

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

### ***Principais cláusulas restritivas do BNDES***

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;
- Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e
- Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

*Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.  
Demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017*

	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Curto Prazo	Juros LP	Total			Garantia	ou Juros	% a.a.	Serviço da dívida	Serviço da dívida	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2018
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>															
BNDES Sub crédito A - Obras civis	17.344	360.756	378.100	Sim	28/09/2016	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,42%	15/02/2019	MENSAL	15/02/2019	15/01/2031	MENSAL	Pagamento com debito em conta	378.100
BNDES Sub crédito B - Maquinas e Equipamentos	750	15.176	15.926	Sim	28/09/2016	Garantia corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	2,02%	15/02/2019	MENSAL	15/02/2019	15/01/2031	MENSAL	Pagamento com debito em conta	15.926
<b>Total por Dívida</b>															
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	18.094	375.932	394.026												394.026

## 18 Debêntures

A Companhia emitiu debentures no valor de R\$ 118.000.000 (cento e dezoito milhões de reais) em julho de 2018, tendo sua efetiva liquidação em 03 de outubro de 2018.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431);
- Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12;
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings);
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão;
- Data de emissão: 15/07/2018;
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019;
- Data de vencimento: 15/12/2030;
- Quantidades de debêntures emitidas: 118.000 ;
- Tipo de Remuneração: IPCA;
- Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.;
- Garantias compartilhadas com o BNDES.

Movimentação das debêntures:

	31/12/2017	Liberação	Juros	Juros pagos	Amortização custo de transação	31/12/2018
DEBÊNTURES	-	118.000	2.536	(1.687)	-	118.849
CUSTO DE TRANSAÇÃO	-	(2.852)	-	-	52	(2.800)
	<u>-</u>	<u>115.148</u>	<u>2.536</u>	<u>(1.687)</u>	<u>52</u>	<u>116.049</u>

As debêntures estão segregadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Passivo circulante	9.856	-
Passivo não circulante	106.193	-
	116.049	-

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento das Debentures está detalhado a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Após 2023</b>	<b>Total</b>
Debêntures	9.856	9.856	9.856	9.856	66.769	106.193
	9.856	9.856	9.856	9.856	66.769	106.193

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Vencimento Final	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
										2019	2020	2021	2022+	Total
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b> DEBÊNTURES	1.254	117.361	118.615	Sim	15/05/2016	Compatilha com BNDES	IPCA	7,5826%	15/06/2029	1.254	9.856	9.856	97.649	118.615
<b>Total por Dívida</b> <b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	1.254	117.361	118.615							1.254	9.856	9.856	97.649	118.615

## 19 Passivo contingente

A Companhia com base na avaliação de seus assessores legais constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas à (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, e (b) Servidões Administrativas, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas (a)	451	-
Servidões (b)	4.944	-
	5.395	-

As contingências possíveis estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas		2.181
Servidões		5.024
Cíveis		5
		7.210

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 803.832 dividido em 803.832.303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2018 e 31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	409.954.475
Copel Geração e Transmissão S.A.	393.877.828
	803.832.303

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.



**c. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício	37.193	51.791
Base de cálculo para reserva legal	37.193	51.791
Reserva Legal (5%)	1.860	2.590
Base de cálculo para dividendos	35.333	49.201
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.834	12.300
Reserva de retenção de lucros	26.499	36.901

**21 Receita operacional líquida**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	95.057	79.750
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>95.057</b>	<b>79.750</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
Encargos setoriais	(2.834)	(418)
PIS	(1.609)	(1.360)
COFINS	(7.410)	(6.264)
	(11.853)	(8.042)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>83.204</b>	<b>71.708</b>

## 22 Receitas e (despesas) financeiras

<b>Receitas financeiras</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas de aplicações financeiras	3.934	2.142
Variações monetárias	55	47
Outras receitas financeiras	64	107
Pis	(30)	(15)
Cofins	(178)	(92)
	<u>3.845</u>	<u>2.189</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(38.031)	(36.282)
Juros e multas	(136)	(1.110)
Outras despesas financeiras	(714)	(1.777)
	<u>(38.881)</u>	<u>(39.169)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(35.036)</u>	<u>(36.980)</u>

## 23 Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	<u>2018</u>			<u>2017</u>			
	Notas	Societário	Ajustes ICPC01 Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01 Regulatório	Regulatório	
<b>ATIVO</b>							
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalente de caixa	9	136.191	-	136.191	34.364	-	34.364
Contas a receber	10	10.213	-	10.213	6.126	-	6.126
Impostos a recuperar		1.810	-	1.810	1.125	-	1.125
Ativo de contrato		72.794	(72.794)	-	68.889	(68.889)	-
Outros ativos circulantes		8.685	-	8.685	3.081	-	3.081
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>229.693</u>	<u>(72.794)</u>	<u>156.899</u>	<u>113.585</u>	<u>(68.889)</u>	<u>44.696</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Caixa restrito	11	15.684	-	15.684	16.678	-	16.678
Ativo de contrato		1.209.835	(1.209.835)	-	1.223.403	(1.223.403)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	71.784	71.784	-	74.420	74.420
Imobilizado líquido	13	29	1.100.727	1.100.756	67	1.133.247	1.133.314
Intangível	14	95	20.581	20.675	95	33.719	33.814
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>1.225.643</u>	<u>(16.743)</u>	<u>1.208.899</u>	<u>1.240.243</u>	<u>17.983</u>	<u>1.258.226</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.455.336</u>	<u>(89.538)</u>	<u>1.365.798</u>	<u>1.353.828</u>	<u>(50.906)</u>	<u>1.302.922</u>

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.**  
**Demonstrações contábeis regulatórias**  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Notas	2018			2017		
		Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE</b>							
Fornecedores	15	9.628	-	9.628	8.291	-	8.291
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.035	(3.090)	945	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	16	2.597	(436)	2.161	2.481	-	2.481
Empréstimos e financiamentos	17	18.094	-	18.094	32.627	-	32.627
Debêntures	18	9.856	-	9.856	-	-	-
Salários e encargos		312	-	312	257	-	257
Dividendos a pagar	20.c	32.387	-	32.387	23.555	-	23.555
Encargos setoriais		1.110	-	1.110	526	-	526
Outros passivos circulantes	16	1.682	-	1.682	4.082	-	4.082
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>79.701</b>	<b>(3.526)</b>	<b>76.175</b>	<b>71.819</b>	<b>-</b>	<b>71.819</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
<b>Exigível a longo prazo</b>							
Empréstimos e financiamentos	17	375.932	-	375.932	388.806	-	388.806
Debêntures	18	106.193	-	106.193	-	-	-
Passivo contingente	19	5.395	-	5.395	-	-	-
Imposto de renda e contribuição diferidos		41.091	(41.091)	-	39.487	(39.487)	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>528.611</b>	<b>(41.091)</b>	<b>487.520</b>	<b>428.293</b>	<b>(39.487)</b>	<b>388.806</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social	20.a	803.832	-	803.832	803.832	-	803.832
Reserva legal	20.b	5.131	-	5.131	3.271	-	3.271
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	46.613	-	46.613
Reserva de retenção de lucros		38.061	(38.061)	-	-	-	-
Lucro / Prejuízos acumulados		-	(6.860)	(6.860)	-	(11.419)	(11.419)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>847.024</b>	<b>(44.921)</b>	<b>802.103</b>	<b>853.716</b>	<b>(11.419)</b>	<b>842.297</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.455.336</b>	<b>(89.538)</b>	<b>1.365.798</b>	<b>1.353.828</b>	<b>(50.906)</b>	<b>1.302.922</b>
<b>2018</b>							
	Notas	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>							
	21	<b>128.802</b>	<b>(45.597)</b>	<b>83.204</b>	<b>148.220</b>	<b>(76.512)</b>	<b>71.708</b>
Custo de construção		(901)	901	-	(22.783)	22.783	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		(9.867)	-	(9.867)	(4.097)	-	(4.097)
Gastos operacionais		(8.520)	-	(8.520)	(2.103)	-	(2.103)
<b>Lucro bruto</b>		<b>109.514</b>	<b>(44.696)</b>	<b>64.817</b>	<b>119.237</b>	<b>(53.729)</b>	<b>65.508</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>							
Pessoal		(2.493)	-	(2.493)	(2.586)	-	(2.586)
Serviços de terceiros		(5.040)	-	(5.040)	(2.640)	-	(2.640)
Depreciação		-	(44.370)	(44.370)	-	(23.097)	(23.097)
Outros		(452)	-	(452)	1.063	-	1.113
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>101.529</b>	<b>(89.066)</b>	<b>12.462</b>	<b>115.074</b>	<b>(76.826)</b>	<b>38.298</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	22	<b>3.845</b>	<b>-</b>	<b>3.845</b>	<b>2.189</b>	<b>-</b>	<b>2.189</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	22	<b>(38.881)</b>	<b>-</b>	<b>(38.881)</b>	<b>(39.169)</b>	<b>-</b>	<b>(39.169)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(35.036)</b>	<b>-</b>	<b>(35.036)</b>	<b>(36.980)</b>	<b>-</b>	<b>(36.980)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>66.493</b>	<b>(89.066)</b>	<b>(22.574)</b>	<b>78.094</b>	<b>(76.826)</b>	<b>1.318</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente							

	2018			2017		
	Notas	Societário	Ajustes ICPC01 Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01 Regulatório	
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(29.300)	20.513 (8.787)	(26.303)	31.257	4.953
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>37.193</b>	<b>(68.553)</b> <b>(31.361)</b>	<b>51.791</b>	<b>(45.569)</b>	<b>6.271</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

### 23.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos..

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

### 23.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

### 23.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

### 23.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo financeiro decorrentes da aplicação do CPC 47.

## 23.5 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

## 23.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>847.024</b>	<b>853.716</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo de contrato / financeiro	(1.282.629)	(1.292.292)
Impostos diferidos resultado	71.783	74.420
Imobilizado	1.100.727	1.133.247
Intangível	20.581	33.719
Impostos diferidos passivos	44.617	39.487
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>802.103</b>	<b>842.297</b>

## 23.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>37.193</b>	<b>51.791</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Receita de operações com transmissão de energia	29.986	79.750
Receita de construção	(863)	(22.783)
Remuneração do ativo de contrato / financeiro	(95.380)	(113.871)
Receita de operação e manutenção	20.659	(19.608)
Custo de construção	901	22.783
Depreciação	(44.370)	(23.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.513	31.253
<b>Lucro líquido (prejuízo) regulatório</b>	<b>(31.361)</b>	<b>6.271</b>

## 24 Transações com partes relacionadas

### 24.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração dos Administradores foi de R\$1.074 (R\$ 637 em 31 de dezembro de 2017).

### 24.2 Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2018	31/12/2017
<b>Resultado (Despesas)</b>				
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	307	195
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo operacional	Custo de O&M	5.927	4.380
			<u>6.234</u>	<u>4.575</u>

## 25 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

#### a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	136.191	34.364
Conta a receber	10.213	6.126
Caixa restrito	15.684	16.678
	<u>162.088</u>	<u>57.168</u>

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a Receber** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular

a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**b. Risco de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDB-DI	123.129	31.299
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	-	16.678

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

*Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
<b>Ativos Financeiros</b>					
Aplicações financeiras	123.129	Queda da taxa CDI	8.927	6.698	4.457
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
<b>Passivos Financeiros</b>					
BNDES	394.026	Alta da taxa TJLP	25.888	32.350	38.831
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
TJLP (%)			6,57%	8,21%	9,855%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação as Debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
<b>Passivos Financeiros</b>					
BNDES	116.049	Alta da taxa IPCA	4.654	5.814	6.980
<b>Referência para passivos financeiros:</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,015%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando IPCA estimado de 4,01%, de acordo com a expectativa do mercado.



- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

*c. Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

### *Categorias de instrumentos financeiros*

#### **Ativos financeiros**

Caixa e equivalentes de caixa  
Caixa restrito  
Contas a Receber

#### **Categoria**

Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado  
Valor justo por meio do resultado

#### **Passivos financeiros**

Fornecedores  
Empréstimos e financiamentos  
Debêntures

Outros passivos financeiros  
Outros passivos financeiros  
Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

### *Classificações contábeis e valores justos*

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

### *Hierarquia do valor justo*

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

### *Gerenciamento do capital*

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

## 26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Seguro Garantia de Performance / Fiel Cumprimento	30/04/2018	30/04/2019	R\$ 47.000	024612015000107750008719
Risco Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2018	12/04/2019	R\$ 20.000	100.10.00001307
Riscos Operacionais	27/12/2018	27/12/2019	R\$ 82.532	046692018100101180000860
Responsabilidade Civil	27/12/2018	27/12/2019	R\$ 10.000	046692018100103510003895

## 27 Eventos Subsequentes

Em 3 de dezembro de 2018, seguindo os procedimentos previstos na Lei das S/A a Guaraciaba efetuou a publicação de seu Ato Societário realizado em 22 de outubro de 2018 no qual delibera sobre a redução de capital social da Companhia de R\$803.832.303,20 (oitocentos e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos) para R\$733.832.303,20 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais e vinte centavos), ato societário que fora registrado na JUCERJA em 05/02/2019 sob nº 00003506370, e a respectiva devolução proporcional do montante aos acionistas realizado em 08/02/2019.